

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco reuniram-se de forma online para a 4ª reunião de Câmara de Normas e Planejamentos os conselheiros Ana Lucia Rodrigues, Angela Branco Guimarães, Carolline Pereira de A. Maia, Dheborá Cristina da Silva, Letícia Brandt J. de Almeida Marinês Gabriela C. Jarek, Rodrigo Cristiano Oliveira e Sandro de Jesus Correia.

A Presidente da Câmara de Normas e Planejamentos, Ana Lucia Rodrigues, cumprimenta a todos e justifica a ausência das Conselheiras Marilza e Clicie que não puderam comparecer à reunião devido a um conflito de agenda com uma reunião de diretores. Explicou que a Deliberação nº 17 estabelece diretrizes para a alteração do sistema de avaliação das unidades, incluindo a consideração do regime trimestral e a carga horária no artigo 2º. Reforçou que a Semed vem solicitando desde o primeiro semestre a alteração da carga horária para a inclusão da educação digital (EDIG) e a retirada da língua inglesa onde a nova gestão encaminhou um documento solicitando a retirada do inglês da grade horária, deixando-o apenas para a educação integral, e a inclusão da educação digital, devido à obrigatoriedade da BNCC de computação a partir do próximo ano, reforçando que as alterações são para o próximo ano letivo, não para ano corrente. A Conselheira Carolline informou que a Câmara do Ensino Fundamental aprovou a retirada do inglês, sua inclusão no programa de Educação em Tempo Integral (ET), e a permanência da grade horária dos componentes curriculares como previsto na deliberação 17, com a inclusão de uma hora para o componente digital. A secretaria havia solicitado mudanças adicionais em português, matemática e ciências, mas os conselheiros decidiram que não era o momento adequado para essas alterações, embora um estudo futuro possa ser considerado, destacou a necessidade de encaminhar a deliberação já existente com as alterações aprovadas na Câmara para que seja aprovada no Pleno, visando otimizar a reunião. A Presidente Ana Lucia apresentou a carga horária semanal vigente até 2025 para o ensino fundamental, que inclui 5 horas de Português e Matemática, 2 horas de Ciências, História e Geografia, e 1 hora de Arte, Educação Física, Ensino Religioso e Inglês. A proposta da secretaria, conforme Ofício 339 de 2025 sugere aumentar a carga horária de Língua Portuguesa para 6h40 e diminuir a de Matemática para 4h, com alterações também em outras disciplinas para incluir a educação digital e priorizar a alfabetização, dizendo “essa é a carga horária que temos, e nós estamos falando do fundamental, porque é somente o fundamental que vai ter essa alteração. A educação digital para educação infantil neste momento não é necessária, só pro ensino fundamental.” Segue fazendo a leitura do ofício 339 de 2025. A Presidente Ana Lucia diz “nós até conversamos na segunda-feira, coloquei referente ao inglês para ver se não havia possibilidade de se manter o inglês ainda aqui e diminuindo ali na carga horária de arte ou religioso, e até a própria educação digital para ver se pelo menos uma hora ainda permanecia o inglês. Mas se colocar o inglês, aumenta o número de profissionais e a rede daí não consegue suportar. Então não tem como mesmo, a gente tem que fazer ali a questão de fazer as adequações necessárias, aumentando e colocando um professor a mais, nós vamos ter profissionais que vão ficar em vários momentos sem atividade, como tem hoje. Hoje está acontecendo isso. E aí, dependendo da sua função, não consegue muitas vezes colocar esse professor para fazer atividades e auxiliar no fechamento de permanências. E questão do cumprimento da hora atividade, que ainda está faltando está faltando alguns minutos para fechar. Se eu não me engano são 20 minutos. É uns, eu acredito que seja uns 20 minutos. daí fecha toda a carga horária. Então essa é a solicitação da Secretária, da secretaria, da equipe da secretaria, para que seja feita a adequação da carga horária semanal do trabalho, priorizando a língua portuguesa. Os nossos índices mostraram o quanto nós precisamos realmente dessa alteração, desse trabalho de língua portuguesa. Nós ficamos com no IDEB dos 28 municípios da região metropolitana, nós ficamos em último lugar. Então, a gente precisa realmente priorizar aí o trabalho da língua portuguesa, claro, a matemática também, e em algum momento pode ser que tenha que se trabalhar a matemática um pouquinho a mais. Isso o professor regente que está lá na sala de aula, ele vai verificar através do diagnóstico o que a sua turma precisa mais. Pode ser que uma turma precise muito mais de matemática do que língua, do que a língua portuguesa, mas aí esse trabalho o professor direciona. Ele vai conseguir fazer, talvez naquela semana ele precise trabalhar mais a língua portuguesa, ou a matemática, enquanto daí os R2 eles vão fazer o foco de trabalho deles vai ser em cima do que as especificidades do seu trabalho.” A Presidente Ana Lucia ressaltou que, embora a carga horária seja orientadora, os professores têm autonomia para fazer adequações na sala de aula, especialmente o professor regente um, que pode ajustar a distribuição das horas entre as disciplinas. A redistribuição da carga horária deve respeitar os 33% de tempo de atividade para o professor. A Conselheira Dheborá expressou preocupação com o aumento da carga horária de algumas disciplinas como Ensino Religioso e Educação Física, e a diminuição de Ciências e Matemática, dado que o IDEB incluirá Ciências da Natureza e os resultados em Matemática ainda são deficientes. Ela sugeriu que a rede seja envolvida na discussão e que haja uma nova análise da distribuição da carga horária. A Presidente Ana Lucia questiona “o que pela última reunião em que acabei participando, nós colocamos ali a questão de que na Câmara foi de ensino fundamental que a gente aprovava, a inserção da educação digital, tirando inglês, mas que precisava ser revista a carga horária, não era isso? Ou estou enganada, Dheborá?” A Conselheira Dheborá responde “Sim, foi colocado. A gente fez essa sugestão de que isso fosse realmente re-analisado, refeito, repensado. Inclusive eu vejo que isso precisa ser discutido com a rede. Porque é uma mexida muito grande, ao meu ver.” A Presidente Ana Lucia diz “é até porque aumentou bastante a língua portuguesa. E o trabalho de história, geografia e até ciências, ele envolve a língua portuguesa. O que precisaria aumentar ali era para a matemática. Realmente o que não pode mexer, Dheborá, o total de horas do professor regente de turma, 13h20. Pode ser redistribuído, por exemplo, língua portuguesa, poderia ficar, digamos assim, com seis horas em matemática 4h40, entendeu, ou aumentar a história e geografia um pouco mais, mas por causa do da hora atividade são 13h20 para o professor para do cumprimento da hora atividade. Dos 33%. Então ali já não pode, ali está respeitando os 33%. Então não pode. O que vai interferir é aqui embaixo, aqui na parte do professor regente dois e a parte do regente um. “O regente um poderia mexer se fosse retirada de língua portuguesa para passar para a matemática, porque história de geografia já não tem mais o que tirar, já foi tirado muito.” A Conselheira Carolline diz “na verdade, na reunião de Câmara do fundamental ficou essa questão em aberto de fazer uma análise e sugestões. Eu não sei até se não seria apropriado juntar as câmaras para que a gente otimize, futuramente sobre esse assunto, juntar o fundamental com a de normas, porque tem pessoas que não estão em uma e na outra, não sei, enfim, é uma sugestão de encaminhamento disso e com certeza a gente não vai descartar, o que a secretaria aponta é importante,

mas é importante também que seja pautado, que não seja feito dessa forma, hoje o nosso objetivo é fazermos o parecer do nosso referencial adequado com as condicionalidades, o que é necessário para que o município seja contemplado, principalmente em relação ao VAAR. Então eu acredito que o primeiro encaminhamento é esse. Readequamos aqui a o componente curricular do inglês e da educação em tempo e da educação digital. E claro, enviaremos com até como resposta, Ana, desse ofício 339, a gente pode enviar alguma sugestão de grade. O meu olhar hoje, como professora do município, seria devolver a matemática algumas horas nesse momento. E a história, geografia, quando a gente vai ler lá no referencial, elas estão ligadas. Então essa divisão delas do professor, eu não sei, eu não sou professora do fundamental. Mas assim, do que eu li, elas estão interligadas de alguma forma, então eu não sei se não haveria uma ruptura ali, não. Eu sei que cada componente é diferente, cada conteúdo é diferente, eu não vejo como preocupante a história de geografia porque ela, como a Ana falou, ela contempla o português, a matemática contempla o português também, na interpretação de um problema, enfim, outras questões. Então eu hoje, para não fazer um grande alvoroço, devolveria a matemática da questão do regente dois. Eu não compreendo hoje o município estar, em último lugar no IDEB, que é a frente que a secretaria quer resolver e óbvio que tem que resolver e aumentar uma grade horária de artes ensino religiosa, não menosprezando o componente curricular, mas eu não vejo o sentido de tirar de ciências para dar para a arte e para ensino religioso, que no meu ver não vai contemplar tanto a língua portuguesa, sabe? E nem pra própria educação digital nesse momento, e é isso é o que me chamou atenção na hora ali, do que a secretaria trouxe como proposta, eu deixaria ciências da mesma forma, o R2 manteria da mesma forma, incluiria o digital somente com uma hora. E lá em cima, se houver alteração, apesar de que já está explicado aqui nessa Câmara, que o professor ele tem autonomia, é flexível. Então assim, não é algo que descaracterize o ensino de São José dos Pinhais, a grade aqui do componente curricular, não é algo que tem prejudicado, talvez tenha alguns professores que fiquem dentro dessa caixinha, e isso, quem sabe colabore para que não se trabalhe tanto português, por exemplo. Não sei, mas o professor tem essa flexibilidade, o pedagogo tem as formações de a secretaria investir mais na língua portuguesa. Então é isso que eu acredito e que nem a Ana falou, que a gente possa otimizar aí sobre o inglês e o e o componente digital nesse momento.” A Conselheira Ângela fala “ bom, eu não vou entrar muito na parte pedagógica porque nessa parte eu não entendo, eu só fiquei realmente também preocupada com a fala da Dheborá com relação às ciências entrar também pro IDEB, porque o IDEB ele reflete também nas nossas arrecadações. Então, com relação a esses horários, só vou eu vou explicar o que eu entendi só qualquer coisa eu peço para que a Ana me corrija. Pelo que eu entendi, vai ser feita uma proposta da Câmara, isso com talvez alguns ajustes ali com relação a algum horário. É isso, Ana, para ser apresentado para a secretaria. “Então é só essa a minha preocupação, mas eu acho que se tiver a possibilidade de apresentar uma nova proposta, eu acho que seria interessante.” Após discussões, sugestões e indagações as alterações sugeridas, o Conselheiro Rodrigo propôs uma redistribuição da carga horária que manteve Português com 6 horas, Matemática com 5 horas e Ciências com 2 horas para o regente um, enquanto o regente dois teria as demais disciplinas com 1 hora de duração, exceto Educação Física e Arte com 1h20 e Educação Digital com 1 hora. A Conselheira Dheborá aprovou essa sugestão, enfatizando que ela minimiza danos e mantém Ciências com uma carga horária adequada. A Presidente Ana Lucia pontuou que a educação física necessita de um aumento de carga horária para 1h20, conforme propostas anteriores e práticas em outros municípios, e que o professor de educação física deve ter a flexibilidade de fechar permanências escolares, realizando atividades dentro de sua área. A rigidez na atribuição de funções tem causado problemas nas unidades escolares. O Conselheiro Rodrigo apresentou a proposta dois, e a Presidente Ana Lucia leu “português 05h40min, matemática cinco, história e 1 hora20, geografia 1 hora20. Aí gente, dois, ciências duas e arte 1 hora 20 ensino religioso, uma educação física 1 hora 20 e educação digital uma hora. Gostei dessa. Rodrigo, vai lá fazer pedagogia, e diz Eu colocaria a sugestão dois, seria bem mais vista pela secretaria do que a um por causa da educação física. Porque 1:20 são 60 minutos. É uma aula num dia e a outra aula no outro dia. A educação física seriam aulas separadas. Ainda dá tempo da gente, bom, se Carol quiser, dá para fazer segunda-feira uma reunião de manhã com a Câmara de Ensino Fundamental e apresentar as propostas também, Dheborá, se for o caso. Daí à tarde nós temos o Pleno, que é a extraordinária, que daí a gente já vê, verifica se coloca a sugestão do conselho. Eu também gostei bastante da sugestão dois. Ainda colocaria para a língua portuguesa, eu deixaria 5 horas também, ainda 5 horas e os 40 minutos dividiria pra história e geografia 20 minutos para cada um. Ficava 1 hora 40 pelo menos. Mas o professor pode fazer essa adequação. Se eu preciso dar um pouco um tempo maior pra história, eu vou dar um tempo maior pra história. Se eu preciso trabalhar um pouco mais geografia, daí eu coloco mais geografia. E a da língua portuguesa que ele vai praticamente pegar isso, mas que seja respeitado as 5 horas da matemática. Nós sabemos aí o quanto a matemática é fundamental também, tanto quanto a língua portuguesa. Mas eu gostei bastante, Rodrigo, dessa sugestão.” A Conselheira Dheborá reforça “e as ciências também eu acho que precisa ficar com 2 horas, porque senão a gente dá um tiro no nosso pé, hoje a gente diminui ciências, daqui um, dois anos a gente vai estar tendo que aumentar, porque daí o resultado vai estar mostrando que não está OK. Eu achei que ficou bem bom essa sugestão dois. Gostei bastante.” O Conselheiro Rodrigo diz “Se precisar, a gente pode até sentar junto depois e conversar para ver se consegue melhorar mais um pouco, mexendo ali nos 40 minutos do português e por aí vai.” A Presidente Ana continua “eu acho que eles não vão abrir mão de ter um tempo maior para a língua portuguesa, mas dá para fazer uma adequação, como eu falei, hoje eu posso precisar trabalhar um pouquinho mais com história. Professor, esse aqui é um documento mais orientador de carga horária. Se não tem que começar que obrigada há cumprir 1 hora 20, isso não existe, no próprio planejamento do professor. Então eu acho que é o mais adequado mesmo, dando aí uma quantidade maior pra língua portuguesa. Olha, 40 minutos a mais. Nossa, está mais do que perfeito. Então, em ciências foi contemplada de novo, ficando o ensino religioso, uma educação física 2020. É, acho que ficou bem adequado aí. E aí, respeitando ali a carga horária e com os 33%. E aí sempre eu lembrar então que o professor também, eu acho que do início na rede, eles têm que ficar disponíveis pelo menos uma vez por semana para cuidar sim do recreio. Isso é importantíssimo, porque o recreio é contado como hora, fazendo parte do dia letivo, porque tem um professor lá fazendo um trabalho dirigido, que é isso que se contempla inclusive no Conselho Nacional de Educação se coloca, porque se eu separar, ele não é contado, por isso que a escola particular ele não é contado o recreio como no fechamento da carga horária do das horas letivas. Ele não é contável, ele é separado, porque não tem o professor lá trabalhando com as crianças. Eles têm inspetores, eles têm o que tiver que cuidar da criança na hora

desse intervalo. Eu então agora, nós pulamos uma etapa, mas a gente precisa voltar para saber se foi aprovado ou não, Carol? Se se aprova a entrada do digital, e o inglês passando então para a educação integral. “Se quem concorda com isso é sim, quem não concorda é não.” A Câmara de Normas votou "sim" pela inclusão da educação digital e a realocação do inglês para a educação em tempo integral. A sugestão de grade horária apresentada pelo Conselheiro Rodrigo foi bem recebida e considerada um bom encaminhamento para a secretaria. A Conselheira Caroline fala “Eu acho que contempla o que a secretaria gostaria que é o aumento do português. Entendendo que ela tem essa visão mais ampla, do que a gente. Eu sei que quem está no chão da escola tem muito conhecimento do que falta ou não, mas eu sei que também a secretaria vê um outro lado, que às vezes dentro da escola a gente não consegue olhar, e eu acredito que ficou uma grade que contempla tanto lá quanto cá. Não, ela não é radical, ela não traz uma mudança dela tão radical na questão de professor. É algo que tem que ver para frente, que eu não sei se o Conselho tem como, não tem muito a ver, mas vou só jogar assim, não é para uma discussão agora, claro, é a questão do professor de educação física ser lotado na unidade. Sei que tem que ir na Comissão de educação na Câmara para mexer, eu não sei aonde, mas no meu entendimento, o professor educação física tinha que ser lotado na Semed e aí você consegue girar ele dentro das unidades e não fica esse professor ocioso, porque da para cobrir outra unidade. Então ele cobriria lá o Cmei Maria da Piedade e o Meu pé do Laranja Lima. Então ele consegue contemplar mais escolas um único professor que às vezes fica na unidade. O que eu soube até da gestão pela gestão passada é que no concurso ele fica lotado na unidade e não pode sair da unidade e foi um erro, do concurso. Então isso também ele teria que rever lá na frente para estar ajudando aí nessa grade e na quantidade de professor.” A Presidente Ana Lucia responde “ É o a proposta, digamos assim, a proposta da educação física não passou pelo Conselho, deveria ter passado. Assim como foi o professor de educação infantil. Tudo que saiu deveria ter passado primeiro pelo Conselho. E aí por isso que eu coloco assim para a Câmara e eu coloquei na reunião lá com a primeira reunião para a vereadora Adriana, que é qualquer projeto de lei que passe, porque a lei, na nossa lei, ela diz isso e a própria Câmara não está respeitando. A Câmara dos Vereadores não está respeitando, porque assim como a própria secretaria na época também não respeitou. Porque antes de se fazer esse encaminhamento, inclusive o Everton disse mas se está vindo do executivo para nós entendemos que o Conselho já fez isso. Eu disse, mas cadê o parecer? Vocês têm que ter um parecer o documento, o está sem o parecer do Conselho, devolve. E nós queremos o parecer do Conselho Municipal de Educação. É nosso dever. Nós somos o órgão normativo da educação. Então, realmente, Carol, faltou isso sim, de ser colocado que esse professor inclusive verificar as tarefas e as funções que ele pode realizar dentro da escola. Mas o erro maior mesmo dentro das funções que eles têm e que foi colocado na lei, elas não estão inadequadas. O inadequado foi o ofício que foi encaminhado de que eles só poderiam dar educação física. Na própria legislação não diz isso porque tem outras atividades que eles podem fazer dentro da área da educação física e que pode auxiliar sim os profissionais, o professor regente, inclusive o professor regente um, é possível fazer esse trabalho sim. Então ali, a sugestão já foi votada. Agora nós vamos votar na questão se é colocando sim ou não se concordam com a inclusão da educação digital e o inglês passando então para a educação em tempo integral. Quem estiver de acordo com a proposta da Semed coloca sim. Quem não estiver de acordo, coloca não. Ou quem preferir se abster, coloque lá. Acho que praticamente todos votaram sim. Na reunião de Câmara, eu fiz uma observação e a Dheborá e a Carol estão aqui, de que tem uma preocupação, sim, com a retirada do inglês, do regular, de que isso possa reverberar na rede, porque pode vir a cobrança dizendo: "Ah, mas agora já tava com inglês e agora foi retirado para colocar e ficou só para alguns, alguns terão esse atendimento, não serão todos. Só quem faz parte da educação em tempo integral. Mas ainda assim tem a justificativa da questão da alfabetização, da questão da língua portuguesa, que é obrigatório, enquanto que o inglês não é obrigatório. Mas a gente tem que deixar preparado aí que pode sim dar para trazer problemas. Principalmente pela oposição, porque foi a oposição que colocou inglês no referencial. Por isso que eu coloco assim, eu tenho essa preocupação sim. Mas nesse momento se colocar mais inglês, é outro profissional que a rede não consegue contemplar ali. Porque iria aumentar ali a quantidade de profissionais para as unidades. E já está bem difícil aí a questão dos profissionais pra rede, não é só a nossa. É reclamação. Eu tive no evento com os secretários ontem lá em Cascavel e a preocupação realmente é a falta de profissionais, que as pessoas parece que estão fugindo do magistério da pedagogia e de ser professor. E isso é um resultado da falta de valorização desse profissional mesmo, e aí entrou entra várias questões, não é muitas vezes não é nem um salário, porque se a gente for olhar não é ruim o salário. Pensar que aí que tem professor que trabalha 4 horas ganha mais do que aquele profissional que trabalha oito. Então tem que pensar nisso também, mas é a questão de que hoje nós temos um grande número de alunos de inclusão e os profissionais ficam desesperados, gente. Desesperados. Tem gente que prefere sair e não trabalhar mais do que ter que trabalhar com alunos de inclusão. Isso tem mexido bastante, foi a maior reclamação dos profissionais ontem no evento que eu estive lá com os secretários. Essa é uma grande preocupação que existe na Secretaria de Educação hoje, a falta de profissionais.” A Conselheira Caroline questiona “ Ana, vou pedir um auxílio teu no encaminhamento que a gente faz. Então a gente leva para o Pleno a aprovação da inclusão do inglês e do digital, da do inglês para o ETI e do digital nessa grade. E aí envia como sugestão a grade que vocês colocaram e então faria ia uma reunião de manhã da Câmara do Ensino Fundamental. A Presidente Ana Lucia discutiu a necessidade de respeitar a Câmara de Ensino Fundamental para verificar a concordância com a sugestão de alteração da carga horária para a Semed, visando beneficiar os profissionais. Os conselheiros mencionaram que se a Semed aprovar a sugestão, a carga horária poderá ser incluída na deliberação, caso contrário, apenas os componentes curriculares serão adicionados. A Presidente Ana Lucia indicou que a educação digital será incluída na deliberação, e o componente de inglês será retirado. Enfatizaram a necessidade de planejar cuidadosamente como a deliberação será formulada após essas alterações. Mencionou a importância da participação de todos nas reuniões devido ao período desafiador e a meta a ser cumprida em relação ao VAAR, com a possibilidade de prorrogação do prazo para final de setembro ou outubro “A Ângela sabe que nós temos aí um a meta para cumprir por causa do VAAR. Ela sempre acompanhou isso conosco. E eu até estava falando para a Carol que vai sair o documento que eles vão prorrogar novamente. E eu vou tentar falar com o coordenador agora lá de Brasília para ver se ele já tem a previsão desse documento sair, porque vai ser prorrogado. A Márcia Baldini da Undime, ela falou isso para os secretários, não é mais agosto, eles estão sendo alterados, e provavelmente seja final de setembro ou outubro, o ano passado foi outubro, se eu não me engano.” A Presidente Ana Lucia agradeceu a todos os participantes pela presença e contribuição na

discussão sobre a educação da rede e encerrou a 4ª reunião de Câmara de Normas e Planejamentos. Eu, Vanessa Ribeiro de Andrade Silka, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada pela Presidente da Câmara de Normas e Planejamentos de São José dos Pinhais, Ana Lucia Rodrigues.